

MÍRIAM LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao
m.leitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Bolsonaro entre artigos e incisos

O presidente Jair Bolsonaro cometeu crimes de responsabilidade. Vários. Ele tem ameaçado a federação, tem infringido o direito social à saúde, ameaça o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Tanto a lei que regulamenta o afastamento do presidente, a 1079/1950, quanto a Constituição Federal estabeleceram o que são os crimes de responsabilidade. Impeachment é um julgamento político, e quem estiver na presidência precisa apenas de 172 votos para barrá-lo. O inquérito na PGR investiga se ele cometeu outros crimes. Até agora os depoimentos e contradições enfiaram a defesa do presidente. O pro-

curador-geral da República, Augusto Aras, pode querer muito arquivar o inquérito, mas os indícios aumentam a cada dia.
Bolsonaro pode enfrentar um processo de impeachment no Congresso, se o deputado Rodrigo Maia der início. Há elementos para embasar um pedido de interrupção de mandato por crime de responsabilidade. O Congresso pode fazer isso ou não. É processo longo e penoso. Mas se não ocorrer, a explicação não estará em falta de crime, mas sim em algum insondável motivo que pertence aos desvãos da política.
O artigo 9º da lei 1079 estabelece em seu inciso 7 que é crime contra a probidade da administração "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo". Decoro que ele quebrou inúmeras vezes. No inciso 5, "infringir no provimento de cargos públicos, as normas legais". O que está sendo revelado no inquérito da suspeita de interferência na Polícia Federal dá várias razões para se concluir que ele tentou ferir esse dispositivo da lei. O artigo 6º caracteriza os crimes contra o livre exercício dos poderes constitucionais. O primeiro inciso fala em "tentar dissolver o Congresso Nacional" ou "tentar impedir o funcionamento de qualquer das Câmaras". O presidente Bolsonaro já participou de atos que explicitamente pedem o fecha-

mento do Congresso, em faixas e palavras de ordem e nos motivos da convocação. Discursou dizendo que acreditava nos manifestantes e afirmou que as Forças Armadas estavam com eles, em clara ameaça ao país. No artigo 7º, a lei de 1950 define o crime contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais. Nele, o inciso 9 indica: "violar patentemente qualquer direito e garantia individual". Nesse ponto se enquadra a violação do direito à saúde, quando ele prega diariamente contra as medidas recomendadas por todas as autoridades sanitárias do mundo e todos os especialistas brasileiros em saúde pública.
No artigo 85 da Constituição Federal são considerados crimes de responsabilidade os atos do presidente que atentem contra: "a existência da União." Bolsonaro foi do "aqueles governadores paraíba" até a conclamação dos empresários para jogar pesado contra os governadores porque "é guerra". Isso atenta contra a União. "O livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário". Com as manifestações pedindo fechamento do Congresso e do Supremo, o que fez Bolsonaro? "O

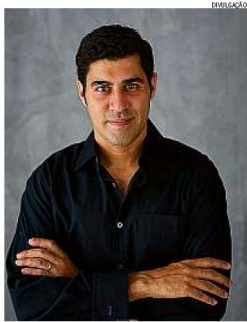
exercício dos direitos políticos, individuais e sociais". Ele os fere insistentemente.
Mesmo se for arquivado, o inquérito na PGR pode fornecer elementos para sustentar um processo de impeachment. Interferir na polícia judiciária afeta o próprio livre exercício do Poder Judiciário.
A lei 1079/50 foi muitas vezes analisada durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma. Ela foi acusada pelo artigo 10, que define "os crimes contra a lei orçamentária". A Constituição também, no artigo 85, fala dos crimes orçamentários. Depois que passa, fica na memória pouca coisa, o registro é de que ela errou no Plano Safra, baixou decretos de criação de despesa sem a prévia autorização do Congresso. Mas foi mais. As pedaladas são apenas a palavra que a crônica política criou. Dilma caiu porque arruinou a economia, criou uma recessão que perdurou por dois anos, fez uma escalada de desemprego, abriu um rombo nas contas públicas e usou os bancos públicos para pagar despesas orçamentárias. Ela fez gestão temerária na economia. Eu achava naquela época, acho agora.
Desconhecer os crimes muito mais graves cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro é aceitar um perigo infinitamente maior. Não se trata de ameaça à economia. Agora é a democracia que corre riscos.

ENTREVISTA

Parag Khanna / ESPECIALISTA EM RI

Para o indiano, a crise atual poderá levar a uma nova Primavera Árabe. Movimentos xenofóbicos vão acontecer, mas a imigração vai continuar

DANIELLE NOGUEIRA danielnogueira@oglobo.com.br



Trabalho. Para Parag Khanna, o maior desafio do mercado de trabalho será "casar" as habilidades com a necessidade de mão de obra

'O MAIOR RISCO DA CRISE É A INSTABILIDADE SOCIAL'

O especialista em relações internacionais Parag Khanna avalia que o maior risco da crise atual é o crescimento da desigualdade e da instabilidade social. Fundador da FutureMap, consultoria de dados e cenários, e autor de "O futuro é asiático", o indiano acredita que a turbulência econômica não vai durar tanto como a Grande Depressão, mas não descarta uma onda de revoltas sociais como a Primavera Árabe.

O senhor escreveu um artigo que a recuperação econômica mundial será em W. Por quê?
Será certamente em W, ou

instável e com altos e baixos, porque o desempenho dos mercados não corresponde à saúde das economias. Quando os estímulos fiscais e monetários desacelerarem, muitas empresas que estão sendo artificialmente apoiadas por linhas de crédito vão entrar em colapso, dada a fraca demanda.

A crise atual será mais longa e mais profunda que a Grande Depressão?
Não acredito. Com essa possibilidade de olharmos para trás, é possível agir mais rapidamente para implementar medidas como projetos de in-

fraestrutura e ideias como o Green New Deal (conjunto de propostas para combater mudanças climáticas e desigualdade econômica), que já vinha sendo discutido muitos anos antes desta crise. Sabemos que precisamos criar emprego e investir em infraestrutura.

Haverá aumento na desigualdade?
Para mim, esse é o maior risco: uma instabilidade social. Tivemos o movimento Occupy Street após a crise global de 2008, e ainda assim a desigualdade cresceu. Agora, será ainda mais exacerbada. Se as políticas fiscais não incluírem

proteção social para jovens desempregados e um plano de capacitação, não ficaria surpreso se houvesse mais revoltas como a Primavera Árabe (onda de manifestações que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África em 2010) em vários países. A revolta dos menos favorecidos pode ser maciça.

China e Coreia do Sul relaxaram o isolamento social. Há risco de impacto econômico com uma segunda onda de casos?
China e Coreia do Sul foram muito ágeis para conter a primeira onda e provavel-

mente vão superar a segunda com testagem agressiva e medidas de distanciamento social. Não acredito que essa segunda onda de infecções terá um impacto muito negativo sobre suas economias.

O que o Brasil pode aprender com a experiência da China e da Coreia do Sul?
Algumas lições não podem ser aprendidas agora, no meio da crise. Esses países investiram em sistemas de saúde robustos. O Brasil não pode fazer isso instantaneamente. Você não pode construir o avião enquanto está voando. Talvez a principal lição seja política: um país deve ter um governo competente e administradores treinados e comprometidos com o interesse público.

Como a Covid-19 vai mudar as cadeias de suprimentos globais?
As cadeias de suprimentos já vinham se tomando mais regionais antes da Covid-19, o que também tem ocorrido com investimentos e viagens a negócios. Haverá uma busca de autossuficiência em áreas como equipamentos médicos e agricultura, já que essas cadeias de suprimentos foram parcialmente interrompidas com a crise. E o Brasil está bem colocado nessa área, devido à sua produção de alimentos.

A crise atual fará surgir uma nova onda de movimentos nacionalistas e xenofóbicos?
Vimos episódios de xenofobia ao redor do mundo contra imigrantes, especialmente contra chineses. Mas temos que nos lembrar que migração atende a uma lógica de oferta e demanda. Países com população mais velha e sem jovens em número suficiente, como na América do Norte, na Europa e no Japão, precisam de imigrantes. O problema real é sobre como "casar" habilidades com a necessidade de mão de obra. Caminhoneiros desempregados nos EUA não se tornarão programadores de software da noite para o dia. Logo, os EUA precisarão de mais indianos. E os mesmos caminhoneiros não se tornarão agricultores. Logo, o EUA ainda vai precisar de mexicanos, por exemplo.

Como o coronavírus vai mudar nossas relações sociais e trabalhistas?
Isso será significativo. O trabalho remoto nos EUA era apenas 4% antes da pandemia e logo poderá chegar a 40%. A capacidade de banda larga existe e, agora, há uma mudança cultural. Acredito que o trabalho remoto será a regra. De certa forma, isso é positivo, pois as pessoas estarão menos focadas em estar no escritório e mais na produtividade.

Aliados contra o vírus, drones são cada vez mais parte da paisagem

Tecnologia é apontada como parte da solução para retomada pós-pandemia

SÉRGIO MATSUURA sergio.matsuura@oglobo.com.br

Pela facilidade de contágio, o coronavírus impõe um desafio a mais aos que estão na linha de frente no combate à pandemia. Médicos, enfermeiros, policiais, entregadores e outros profissionais que não podem adotar o isolamento social estão se tornando, eles próprios, vítimas da doença. Neste cenário, tecnologias que permitem a realização de tarefas a distância, como os drones, ganham cada vez mais importância e se apresentam como parte da solução para a retomada da vida cotidiana no mundo pós-pandemia.

Em Gana, os artesãos voadores transportam amostras coletadas em zonas rurais para laboratórios na capital, Acra. Em diversos países, estão sendo usados no transporte de medicamentos e outros insumos médicos. —Drones permitem que órgãos públicos obtenham informações de maneira rápida e eficiente, enquanto permitem a mitigação de riscos para os profissionais —afirma Romeo Durscher, diretor de Integração de Segurança Pública da DJI. Apesar da diversidade de aplicações, ainda não alcançamos o estágio de vermos drones nos montes voando pelas cidades. Na opinião de Durscher, isso é explicado pelo fato de a tecnologia ser relativamente nova. Em alguns setores, como a fotografia e o agronegócio, eles se difundiram rapidamente, mas a velocidade de adoção por órgãos públicos é diferente. A pandemia pode acelerar esse processo. —É um ambiente guiado por processos que muitas vezes levam tempo para implementar novas tecnologias

—diz. —Mas, assim que as pessoas virem o potencial dessa tecnologia e o que ela já pode oferecer, irão abrir os olhos.



Seguro. Em Cingapura, drone é usado para entregar medicamentos em navio

IMPULSO PARA O DELIVERY Essa é a mesma opinião do professor da UFRGS Luis Lamb, membro do Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE). Por terem sido desenvolvidos inicialmente para fins militares, os drones são extremamente precisos. São "computadores voadores", brinca o especia-

lista, que aponta a tecnologia como essencial para a reabertura pós-pandemia.

Com segurança, eles podem dispersar produtos químicos para a desinfecção de espaços públicos. E o aumento da demanda por entregas em domicílio pode, enfim, tornar o delivery por drones uma realidade. —Os drones são uma tecnologia extremamente flexível, pela mobilidade e agilidade no deslocamento dentro de cidades, o que falta é regulação —afirma

Lamb. —Sem dúvida, neste momento de pandemia, os órgãos reguladores estão atentos à nova realidade.

O uso dessas aeronaves em serviços de entrega está sendo testado em vários países. A Wing —subsidiária da Alphabet, conglomerado dono do Google— opera comercialmente em cidades na Finlândia, na Austrália e no estado americano da Virgínia. Nas primeiras semanas de abril, a demanda dobrou.

Por aqui, a Storm Group realizará no Rio de Janeiro seu primeiro teste no uso de drones para entrega nesta semana. O fundador e presidente da empresa, Wanderley Abreu Júnior, explica que a tecnologia já existe, falta apenas regulação, mas existem dúvidas sobre a viabilidade do serviço no Brasil.

—Para operar os drones é preciso montar uma infraestrutura, distribuir bases para o pouso das aeronaves — explica. —Aqui os serviços de entrega são muito baratos. Vai ser muito difícil concorrer com os aplicativos de entrega.